

**Construindo representações e fronteiras:  
a presença de imigrantes japoneses em Santa Catarina (1960-1970)**

MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de. Japoneses em Santa Catarina: etnicidade e modernização agrícola. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi (Orgs.). *Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: Editora da USP, 2010, p. 97-121.

Karoline Kika Uemura<sup>1</sup>  
kikauemura@hotmail.com  
Universidade do Estado de Santa Catarina

A migração de japoneses para Santa Catarina teve início no período pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente, a partir das décadas de 1960 e 1970. Entre os projetos de iniciativa do Governo de Santa Catarina e acordos com outras instituições, os imigrantes japoneses e descendentes vieram, em sua grande maioria, de diversos estados brasileiros, e outros, diretamente de seu país de origem em busca de novas oportunidades na concretização de seus projetos migratórios. A discussão sobre a vinda destes imigrantes estava em pauta nos escritórios de autoridades de Santa Catarina e de outros estados, nos agradecimentos e artigos encontrados nos jornais deste período. No entanto, estes debates não demonstravam apenas a intenção da instalação de colônias japonesas, mas também as razões pelas quais os japoneses foram escolhidos para tais colônias, inseridas em um momento “modernização” no Brasil, que não se restringiria apenas às áreas urbanas, mas também alcançaria as zonas rurais.

Estes foram os pontos de partida de parte das pesquisas que se encontram no capítulo “*Japoneses em Santa Catarina: etnicidade e modernização agrícola*”, escrito pelos historiadores André Souza Martinello e Ely Bergo de Carvalho na contribuição para o livro intitulado “*Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória*”, organizado por Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi, publicado em 2010. Os historiadores Carvalho e Martinello buscam os significados sobre a construção das colônias japonesas em Santa Catarina, traçando algumas das características particulares sobre a presença dos imigrantes japoneses e descendentes em relação às cidades nas quais se estabeleceram os

---

<sup>1</sup> Graduada e mestra em História pela UDESC. Autora da dissertação intitulada: "Antes que as flores caiam: memórias e vivências acerca das migrações entre o Núcleo Celso Ramos (SC) e o Japão (1989-2010)".



incentivos do Governo Estadual e a atuação de outros órgãos que mantinham interesses atrelados às representações construídas acerca dos japoneses.

A partir de 1965, o fluxo migratório de japoneses se inicia com a fundação da primeira colônia oficial, nomeada “Colônia Celso Ramos”, região que atualmente se encontra no município de Frei Rogério, antes, distrito de Curitibaanos na década de 1960. A atuação do Governo Estadual, na instalação desta colônia e de outras, centrava-se na articulação entre o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e a Empresa Japonesa de Imigração (JAMIC), localizada em Porto Alegre (RS). Através de contratos de imigração e colonização, esses dois órgãos auxiliaram na construção de outras “colônias japonesas”, voltadas para a agricultura, em Itajaí, Caçador, São Joaquim, Criciúma, Canoinhas formadas não somente por japoneses e descendentes, mas também por brasileiros. Neste sentido, qual seria o interesse do governo em trazer imigrantes japoneses, levando em consideração a existência de brasileiros e outros imigrantes para exercer as atividades agrícolas?

Esta questão se situa nas políticas agrícolas vigentes no período, as quais envolviam a “modernização” do campo associada às representações construídas sobre os japoneses: aqueles que, segundo os discursos presentes nos jornais catarinenses e nos documentos governamentais, trariam a “competência e os avanços do trabalho no campo”, os japoneses providos de “vocação agrícola”, associados à disciplina de um “bom trabalhador” e aos avanços tecnológicos que poderiam trazer ao Brasil, e então, a Santa Catarina. A “modernização” do campo mantinha também os seus antagonismos, nas representações acerca dos japoneses que se construíram a partir do “outro”, dos agricultores familiares que eram considerados “atrasados”, dos latifundiários e criadores de gado que também precisariam “modificar a mentalidade”, os seus modos de produção para se chegar ao “progresso econômico”. Neste sentido, a intenção do Governo do Estado de Santa Catarina em seu projeto “modernizador”, nas décadas de 1960 e de 1970, era instituir um “processo pedagógico exemplar” entre japoneses e outros produtores rurais, afim de que os primeiros pudessem ensinar, além de novas técnicas e práticas agrícolas aos agricultores nativos, a melhoria moral e social.

A lógica deste projeto “modernizador” inseriu as práticas da fruticultura e horticultura como a tarefa dos imigrantes japoneses a ser ensinada aos demais agricultores, como ocorreu em Curitibaanos. Em Itajaí, a colônia japonesa fundada na década de 1970, segundo os discursos políticos, era essencial para a construção de um “cinturão verde” (alusão à cidade de São Paulo), considerando que “a atração de migrantes japoneses estava ligada ao



abastecimento urbano”, nas palavras dos historiadores. Em São Joaquim, as atividades pecuaristas e madeireiras tornaram-se esgotadas e, não somente era necessário substituí-las pela fruticultura, como também mudar a “mentalidade” dos produtores destes ramos.

Neste sentido, os historiadores observam que a construção das representações acerca do imigrante japonês perpassa pelas discussões que circundaram as políticas migratórias no Brasil desde o final do século XIX e início do XX, momento em que a busca pelo “ideal civilizatório” se entrelaça com os debates raciais, estendendo-se ao período da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Tanto na primeira metade do século XX como no período pós-guerra percebe-se que não há uma homogeneidade em relação às representações sobre os japoneses e que estas são mutáveis ao longo do tempo, sob diversos contextos históricos. A convivência entre japoneses e brasileiros nas atividades agrícolas, como os autores salientam no caso de Santa Catarina, indicam os limites da representação do “japonês modernizador”, e que a partir desses limites, emergem representações associando os agricultores japoneses ao uso de biocidas nas críticas à “Revolução Verde”, principalmente na década de 1970.

Nesta perspectiva, mais do que demonstrar as ambivalências das imagens construídas e valores explicitados nos discursos apresentados nos periódicos e documentos governamentais das décadas de 1960 e de 1970, os historiadores as problematizam, trazendo questionamentos a respeito construção de identidades do Estado de Santa Catarina e sobre as concepções étnicas adotadas nestes períodos, apontando “elementos que estiveram disponíveis para marcar as fronteiras entre o ‘Nós’ e os ‘Outros’”. Este capítulo, como parte das pesquisas realizadas pelos historiadores André Souza Martinello e Ely Bergo de Carvalho contribui enriquecedoramente, com a historiografia catarinense, mas também com a História da imigração japonesa no Brasil, abordada também em outros trabalhos científicos e artigos reunidos no livro *“Imigrantes japoneses no Brasil: trajetória, imaginário e memória”*, os quais abordam a imigração japonesa sob distintas perspectivas e espaços.

Recebido em 03 de agosto de 2012.

Aceito para publicação em 04 de junho de 2013.

